

## Cerca de 3,8 milhões de brasileiros saíram da antes de a crise

(NÃO ASSINADO)

financeira estourar. Crescimento forte e distribuição de renda explicam Raphael Zarko Gabriel Costa Cerca de 3,8 milhões de brasileiros saíram da pobreza no ano passado, antes de a crise financeira estourar. Estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que será divulgado na segunda-feira, mostra que a miséria recuou 12,27%. O economista Marcelo Neri, autor do estudo, calculou a redução da pobreza a partir da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Pnad revela uma suave queda na desigualdade social e expressivos avanços no mercado de trabalho, fatores que, juntamente com o crescimento econômico, ajudaram a derrubar a miséria.

– Não adianta programa social se não tiver um cenário econômico favorável. Jovens se tornam parte da população com poder de compra – afirmou Cimar Azeredo, economista do IBGE responsável pela Pnad. Entre 2007 e 2008, houve elevações no rendimento médio mensal real de trabalho em todos os décimos da distribuição de rendimento, especialmente nos 10% das pessoas ocupadas com os rendimentos mais baixos (4,3%). Para os 10% com os rendimentos mais elevados, a alta foi de 0,3%.

O IBGE mostrou que os 10% da população ocupada com os rendimentos mais baixos do país detinham, em 2008, 1,2% do total dos rendimentos de trabalho, quase o mesmo que em 2007 – 1,1%.

Os 10% com os maiores rendimentos concentravam 42,7% do total das remunerações.

O percentual, que segue indicando a forte desigualdade da distribuição dos rendimentos, ficou ligeiramente inferior ao de 2007 (43,3%).

– A redução da desigualdade no país já vem de seis anos. Só houve uma mudança tão forte na década de 1960, e naquela ocasião foi para pior – disse Neri ao Jornal do Brasil. O economista considera programas sociais como o Bolsa Família responsáveis pelo “fermento no bolo” da renda, particularmente nas classes baixas.

O professor da FGV afirma, no entanto, que os dados do Pnad sobre a concentração da renda brasileira trazem boas e más notícias. Isso porque, embora sinalize a progressão da queda da desigualdade, o patamar de 42,7% da renda nas mãos dos 10% da população ocupada que detém os maiores rendimentos ainda é bastante elevado para os padrões internacionais.

Mas o próprio desequilíbrio também representa oportunidades para o país.

– O Brasil é o país que mais pode se beneficiar da redução das desigualdades – diz o economista. – Além de uma sociedade mais justa e menos pobre, você tem uma sociedade mais estável politicamente e com menor criminalidade, acrescentou Neri.

O rendimento médio mensal dos trabalhadores brasileiros com dez anos ou mais de idade cresceu R\$ 17 de 2007 para 2008. Os R\$ 1.036 registrados no ano passado representaram aumento de 1,7% em relação a 2007.

A desigualdade de renda recuou ligeiramente no último ano. O Índice Gini passou de 0,528 em 2007 para 0,521 em 2008. O indicador varia de 0 a 1 e quanto mais próximo de 0, melhor e menos desigual. No Nordeste a queda foi ainda mais tímida, de 0,547 para 0,546. Nas demais regiões, os avanços foram maiores: no Norte caiu de 0,494 para 0,497; Sudeste de 0,505 para 0,496, e Sul de 0,494 para 0,486.

A contradição é no Nordeste é que apesar da estabilidade no índice de

Gini, o Nordeste foi a região que teve maior aumento de rendimento dos trabalhadores, com 5,4% a mais que 2007. A renda cresceu, mas não foi repartida.

O IBGE prepara para lançar, possivelmente em 2010, um levantamento com análise das políticas públicas recentes do governo Luiz Inácio Lula da Silva no impacto da distribuição de renda do país. Cimar Azeredo, gerente da PME no instituto, diz que o Bolsa Família "trouxe um poder de compra maior" que interfere até mesmo na escolha entre trabalho e escola um dos pré-requisitos para receber o benefício.

– Alguém que receba R\$ 100 do Bolsa não vai largar o colégio para trabalhar por R\$ 15, R\$ 20. O programa deu maior rendimento e também uma opção para os beneficiários.

Segundo o presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, não se pode atribuir "exclusivamente" a maior queda da desigualdade na região

Nordeste ao programa social.

– Agora, qual a dose de contribuição da expansão do mercado, da formalização e da distribuição de renda nisso tudo? Ainda não sabemos, e é isso que a pesquisa vai falar.

Houve elevações na renda média mensal real em todos os setores população ocupada

Bolsa Família foi o “fermento no bolo” da renda de classes mais baixas

Marcelo Neri economista da FGV

Redução da desigualdade não deve exclusivamente ao Bolsa família

Eduardo Nunes presidente do IBGE

2,1 milhões de empregos foram criados antes do início da crise internacional

Não adianta programa social se não houver um cenário econômico

favorável Cimar Azeredo economista do IBGE responsável pela Pnad